

# Povo reúne 12 milhões de assinaturas

Pela primeira vez na história constitucional brasileira a sociedade pôde participar diretamente da elaboração de uma Constituição. O regimento interno da Assembléia assegurou a apresentação de emendas populares, desde que fossem apoiadas por três entidades representativas legais e obtivessem um mínimo de 30 mil assinaturas, devidamente comprovadas através do título de eleitor de quem as subscreveu. Foram apresentadas 122 emendas populares, tratando dos mais diversos temas, com um total de 12.277.423 assinaturas.

O deputado Adolfo Oliveira (PL/RJ), um dos relatores-adjuntos da Constituinte, afirma que não é possível se saber exatamente quantas emendas populares foram incorporadas à Constituição. Ele assegura, no entanto, que muitas foram aproveitadas parcialmente

nos acordos de lideranças que precederam as votações no primeiro e no segundo turno da Constituinte.

## Liberdade religiosa

Uma dessas emendas foi a que pedia a preservação do Sesc, Senac, Sesi e Senai como entidades de assistência e treinamento para o trabalhador. Foram apresentadas quatro emendas com a mesma proposta, totalizando 1.326.004 assinaturas. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), junto com a Cáritas Brasileira e a Associação de Educação Católica do Brasil, apresentaram quatro propostas que obtiveram juntas 1.763.239 assinaturas e tratavam da educação religiosa facultativa nas escolas públicas, proibição do aborto, e pregava a liberdade religiosa. Foram acolhidas na sua quase totalidade pela Assembléia Constituinte.

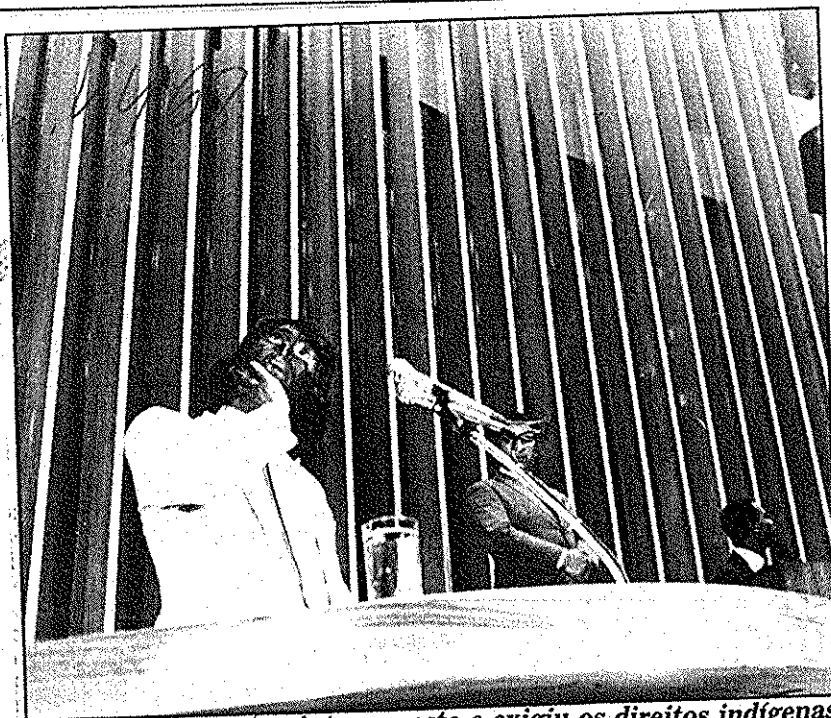
A Constituinte permitiu também que as propostas fossem defendidas por populares na tribuna, durante duas sessões. A iniciativa também foi inédita na história constitucional do País. O índio Airtton Krenac representou a síntese dessa fase da Constituinte. Ele subiu à Tribuna para defender os direitos dos indígenas e pintou o rosto com jenipapo para simbolizar a cultura de seu povo.

Houve também propostas inusitadas, como a que pedia a inclusão da mediunidade e do curanderismo no sistema de saúde do País. A proposta não foi acolhida pelos constituintes. O deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS/SC), também relator-adjunto da Assembléia, considera que este foi "um dos mecanismos mais importantes de todo o processo constituinte, pois deu ao povo a oportunidade de

defender suas propostas".

A emenda que obteve o maior número de assinaturas — 1 milhão e 200 mil — tratava dos direitos da criança. Apesar deste número, a proposta foi rejeitada pela Comissão de Sistematização porque não foram cumpridos dois requisitos exigidos para o seu acolhimento: o apoio de três entidades legalmente constituídas e o número do título de eleitor de cada subscritor. Soube-se depois que muitas crianças assinaram a emenda e que a entidade que apresentou à Comissão Nacional Criança e Constituinte, foi formada só para apresentar a emenda e não estava registrada.

Embora não tenha sido acolhida formalmente, não se pode dizer que a proposta foi frustrada. Seu espírito está espalhado por todo o capítulo da Família, do Menor e do Idoso.



Na tribuna, Krenac pintou o rosto e exigiu os direitos indígenas

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Journal da Brasília

DATA : 5 10 88

CLASS. : 576

PG. : \_\_\_\_\_